PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	17.574.624,06	17.067.857,21	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	8.165.307,15	8.296.782,33
<u>ORDINÁRIO</u>	17.106.226,41	16.040.820,83	<u>ORDINÁRIO</u>	8.114.779,88	8.296.782,33
VINCULADO	468.397,65	1.027.036,38	<u>VINCULADO</u>	<u>50.527,27</u>	0,00
ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	29.703,97	0,00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIãO	50.527,27	0,00
RECURSOS DE CONVÊNIOS - ESTADO	438.693,68	805.122,44	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.317.002,33	9.512.979,67
RECURSOS DE CONVÊNIOS - UNIÃO	0,00	221.913,94	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	9.317.002,33	9.512.979,67
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	12.689,55	0,00	REPASSE CONCEDIDO	9.317.002,33	9.512.979,67
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	12.689,55	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.926.084,69	1.615.660,08
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS -	1.409,95	0,00	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	1.255.312,85	1.142.469,73
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	520.383,36	350.152,57
REPASSE RECEBIDO	11.279,60	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS	734.929,49	792.317,16
EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.794.014,74	1.979.001,97	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	662.973,40	462.786,93
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	1.218.364,27	1.109.325,13	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	149.663,93	263.305,97
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	415.228,81	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	260.540,07	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.218.364,27	694.096,32	PENSÃO ALIMENTÍCIA	4.699,37	4.699,37
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>571.145,19</u>	860.785,28	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	210,00	98,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	307.529,43	357.386,75	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	247.860,03	189.024,30
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	260.540,07	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	5.659,29
PENSÃO ALIMENTÍCIA	4.699,37	4.699,37	CRÉDITOS À RECEBER	7.798,44	10.403,42
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	168,00	168,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA	7.114,74	10.403,42
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	258.748,39	232.331,80	PAGO		
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	5.659,29	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	683,70	0,00
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	4.505,28	<u>8.891,56</u>	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	269.789,54	296.855,36
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		8.891,56	CONTA ÚNICA	269.789,54	,
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADI PAGO	E 0,00	0,00	<u>CONTA UNICA</u> REDE BANCÁRIA - ARRECADACÃO	0,00	296.855,36 0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	296.855,36	675.418,26	<u>REDE BANCARIA - ARRECADAÇÃO</u> <u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	0,00	0,00
CONTA ÚNICA	296.855,36	675.418,26	TOTAL	19.678.183,71	19.722.277,44
TOTAL	19.678.183,71	19.722.277,44	IOIAL	17.0/0.103,/1	17./22.2//,44

1 of 1





A Prefeitura Municipal de Xexéu é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendro autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como município por força de Lei Estadual Nº 10 601

Prefeitura Municipal surgiu inscrita sobre o CNPJ 11 2001

na Avenida Mário Melo, 40, Centro do município no referido município por força de Lei Estadual Nº 10 601

na Avenida Mário Melo, 40, Centro do município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de município por força de Lei Estadual Nº 10 601

numbrio de municípi

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2010, o município de Xexéu conta com 14.093 habitantes Neste cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse loca suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributês a de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso município, a Prefeitura Municipa tem a funç<mark>ão de criar o</mark> bem-esta<mark>r da popul</mark>ação, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviç&s 🖯 tem a função de criar o bem-estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviças públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AS Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral da Prefeitura de Xexéu integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Xeyéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas diversas diversas de contas pelas diversas de contas anual da Prefeitura Municipal de Xeyéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas de contas anual da Prefeitura de Xeyéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas de contas anual da Prefeitura de Xeyéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas de contas anual da Prefeitura de Xeyéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas de contas anual de Xeyéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas de contas anual de Xeyéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas de contas anual de Xeyéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas de contas anual de Xeyéu e refere-se às acontas anual de Xeyéu e refere-se de contas anual de Xeyéu e refere-se de co

da Prefeitura Municipal de Xexéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, S que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.





As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância 🛱 com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro pala de la companio del companio de la companio della elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito de la controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito de la controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito de la controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito de la controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito de la controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito de la controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito de la controle do la co Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas pagas a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei № 290/2017 de 22/11/2017, que dispões sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/202

Lei № 288/2017 de 22/08/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;

Lei № 291/2017 de 22/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício A CARLA C Lei № 291/2017 de 22/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício

Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) de doctoro de des Normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados estretérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública SCPI, em todos os órgãos do município. Consideram o exercício econômico o ano-calendário e todos servicios econômicos os constantes do actual de servicio econômico o ano-calendário e todos servicios econômicos os constantes do actual de servicio econômico o ano-calendário e todos exercícios econômicos os constantes do actual de servicio econômico o ano-calendário e todos exercício econômico econômico econômico e todos exercício econômico econômico

SCPI, em todos os órgãos do município. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todes atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas 🖯 explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral da Prefeitura Municipal, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto ద pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração 🛱 das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa,

exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS PÓLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012 em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada april pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao ♯ Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa





ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas ≗ € não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos "Ingressos" con€o "Recebimentos Extraorçamentários", conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/6¾

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorcamentários são todas aquelas cujos valores transitarafa pagar, que por força do parágrafo único do artigo —
para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentaria —
são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época propries, CARLA por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listous CARLA RIBEIRO DE COMPAGNO DE COMPAGN positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos

processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias - Representam ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças

cauções, etc.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2017;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento das consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita ₹ Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua 🛱 destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:





INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	17.574.624,06	89,31%
<u>ORDINÁRIO</u>	17.106.226,41	86,93%
<u>VINCULADO</u>	468.397,65	2,38%
Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	29.703,97	0,15%
Convênios	438.693,68	2,23%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	0,00	0,00%
FRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	12.689,55	0,06%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.794.014,74	9,12%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	296.855,36	1,51%
TOTAL	19.678.183,71	100,00%
a receita orçamentária totalizou R\$ 17.574.624,06, equivalen Ordinária somou R\$ 17.106.226,41, ou seja, recursos arrecad Próprios.		
lo que tange à Receita Vinculada, que totalizou R\$ 468.397 onvênios.		
análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os val o resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar	lores que interferiram de alg	guma forr s financeir

DISPENDIO						
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV				
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	8.165.307,15	41,49%				
<u>ORDINÁRIO</u>	8.114.779,88	41,24%				
<u>VINCULADO</u>	50.527,27	0,26% 0,26%				
Outras Transferências da União	50.527,27	0,26%				
Convênios	0,00	0,00%				
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%				
Seguridade Social	0,00	0,00%				
FUNDEB	0,00	0,00%				
Educação	0,00	0,00%				
Saúde	0,00	0,00%				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	9.317.002,33	47,35%				
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.926.084,69	9,79%				
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	269.789,54	1,37%				
TOTAL	19.678.183,71	100,00%				





em:

A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 8.165.307,15, equivalente a 41,49% do total, sendo a Receita a Ordinária somou R\$ 8.114.779,88, ou seja, despesas empenhadas no exercício referente a recurses despesas empenhadas no exercício referente a recurse próprios.

Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar gs indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte 🛵 🖯



O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas 🗒 demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

EUDO DE MAGALHÃES LYRA Prefeito

JOELMA CARLA RIBEIRO DE VASCONCELOS Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA Contadora CRC PE nº 020611/04